



Revista
Portuguesa de
História
Militar



Ano III - n.º 5
Dezembro 2023

Revista Portuguesa de História Militar

Dossier:

Génese do Império Português do Oriente



FORTIFICAÇÕES QUINHENTISTAS PORTUGUESAS NAS ILHAS MOLUCAS: IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

Manuel Lobato

Resumo

Irradiando de Malaca, a presença dos representantes do Estado da Índia fez-se sentir em diversas zonas do arquipélago malaio de forma desigual e descontínua, no espaço e no tempo. Tal herança diz respeito a diversos domínios, sendo um deles o património arquitetónico militar erigido por agentes da Coroa portuguesa que atuaram em pontos nevralgicos da atual Indonésia, como foi o caso das ilhas de Ternate, Tidore e Amboino, no arquipélago das Molucas, onde a presença oficial portuguesa se prolongou entre 1522 e 1606.

Esquecido durante muito tempo pelas historiografias ibéricas, este património não foi, apesar de tudo, totalmente negligenciado pelos historiadores desta região, nomeadamente por alguns eruditos holandeses que trabalharam durante o período colonial a partir dos registos, relatórios e memórias produzidos por funcionários e administradores da antiga Companhia Holandesa das Índias Orientais, habitualmente conhecida por VOC (*Vereenigde Oost-Indische Compagnie*). Desde há várias décadas, porém, iniciou-se, no quadro da história das Filipinas, o trabalho de recuperar nas fontes narrativas ibéricas e nos materiais depositados nos arquivos de Portugal e de Espanha a memória dos antigos estabelecimentos ibéricos e do património arquitetónico de origem portuguesa localizado naquelas ilhas indonésias.

Palavras-Chave: Arquitetura militar; fortalezas; ilhas Molucas; Filipinas.

Abstract

Radiating from Malacca, the presence of the representatives of the State of India was felt in various areas of the Malay archipelago in an uneven and discontinuous way, in space and time. This heritage relates to various areas, one

of which is the military architectural heritage erected by agents of the Portuguese Crown who operated at key points in present-day Indonesia, such as the islands of Ternate, Tidore and Amboino, in the Moluccas archipelago, where the official Portuguese presence lasted from 1522 to 1606.

Forgotten for a long time by Iberian historians, this heritage has nevertheless not been totally neglected by historians of this region, particularly by some Dutch scholars who worked during the colonial period on the basis of the records, reports and memoirs produced by officials and administrators of the former Dutch East India Company, commonly known as VOC (Vereenigde Oost-Indische Compagnie). For several decades now, however, the work of recovering the memory of the former Iberian establishments and the architectural heritage of Portuguese origin located on those Indonesian islands from Iberian narrative sources and materials deposited in the archives of Portugal and Spain has been underway within the framework of the history of the Philippines.

Keywords: Military architecture; Fortress; Moluccan Islands; Philippines.

Introdução

Quando se pensa nas fortificações portuguesas no arquipélago malaio-indonésio, vêm-nos imediatamente à mente imagens como a desaparecida fortaleza de Malaca, a chamada *Famosa*, ou o *Fort Vitoria*, na ilha de Amboino, assim designado, em 1606, pelos conquistadores holandeses das Molucas centrais, e que, embora menos conhecido, continua a funcionar até aos dias de hoje como estabelecimento militar indonésio. Infelizmente, os fortes construídos pelos portugueses nestas ilhas durante o século XVI continuam pouco conhecidos e insuficientemente estudados, não tendo sido tarefa fácil os historiadores apresentarem novos materiais relativos às fortificações ali erguidas.

Com efeito, o legado que a arquitetura militar portuguesa deixou no arquipélago malaio-indonésio inclui fortificações e ruínas de fortificações dispersas pelas Molucas setentrionais e centrais, especialmente nas ilhas de Ternate, Tidore e Amboino. A construção dessas fortificações iniciou-se em 1522 e prolongou-se até 1578. A sua expugnação por parte de forças adversas teve lugar em 1575 (Ternate), 1605 (Tidore) e 1606 (Amboino). Nesta última data, a soberania portuguesa naquelas ilhas cessou completamente, senão *de jure*, pelo menos *de facto*, com a incorporação de Ternate e Tidore na jurisdição das Filipinas e a ocupação de Amboino pela VOC, que nela estabeleceu temporariamente, entre 1606 e 1619, a sede das suas operações asiáticas. Os espanhóis, que só viriam a abandonar as Molucas em 1663, construíram ali novas fortificações até 1637, as quais se encontram dispersas pelas ilhas de Ternate, Tidore, Halmahera e Bacan. Ao todo mais de vinte sítios arqueológicos ibéricos foram identificados

até agora de um total de noventa e seis fortificações construídas na região quer por governantes nativos, quer por autoridades europeias e, mais recentemente, japonesas¹.

Durante muito tempo, esta herança ibérica quase esteve esquecida pelas historiografias portuguesa e espanhola. No sentido de conhecer melhor esse património, começaram a ser envidados esforços no final da década de 1980, quando Florentino Rodao, num artigo ilustrado com fotografias de fortes na ilha de Ternate e acompanhado de um mapa com as respetivas localizações, fez a primeira tentativa de identificação positiva de tais fortificações, cruzando pela primeira vez a observação direta no terreno com a informação histórico-documental e outros materiais literários disponíveis². Já anteriormente, durante o século XIX, alguns historiadores e funcionários coloniais holandeses se haviam ocupado deste património arquitetónico com base em registos e relatórios produzidos por agentes da VOC³. Em 1955, talvez baseado em informações orais recolhidas localmente, o professor Charles Boxer divulgou uma foto do forte de Toluku, na ilha de Ternate, que ele supunha ter sido erguido pelos portugueses⁴, mas que, na verdade, terá sido construído em 1607 por espanhóis vindos das Filipinas⁵.

Entre as diversas fortificações construídas pelos portugueses no arquipélago malaio-indonésio durante o século XVI, apenas duas delas – em Malaca (1513) e em Ternate (1522) – resultaram de ordens expressamente emanadas do poder central. Assim, a construção da primeira fortaleza em Ternate foi ordenada pelo rei D. Manuel (1495-1521), embora só tenha sido construída após a sua morte. Pela data de fundação e pelas suas características arquitetónicas, as fortalezas em estilo tardo-medieval podem ser legitimamente consideradas manuelinas⁶.

Outras fortificações, no entanto, ficaram a dever-se à iniciativa individual de agentes da Coroa portuguesa, bem como a mercadores, missionários, “casados” e líderes mestiços. Até mesmo a fortaleza de *Nossa Senhora da Anunciada*, erguida em 1576 na ilha de Amboino e hoje conhecida como *Fort Vitoria*, e a fortaleza

1 Inventory and Identification of Forts in Indonesia, “Apendix E”. Pusat Dokumentasi Arkitektur, Jakarta, agosto 2006.

2 RODAO, Florentino. Restos de la presencia ibérica en las islas Molucas. In España y el Pacífico. Florentino Rodao e Leoncio Cabrero (eds). Madrid: AECI / AEEP, 1989, pp. 243-254.

3 CLERCQ, F. S. A. de. Ternate. The Residency and Its Sultanate [1890]. Washington, DC: Smithsonian Institution Libraries, Digital Edition, 1999.

4 BOXER, Charles e Frazão de VASCONCELOS. André Furtado de Mendonça. Lisboa: AGU, 1955 (reimp. Macau: FO-CEMM, 1989), foto entre pp. 70-71.

5 Méritos y servicios Fernando de Ayala, Filipinas, 23 jul. 1622. AGI, *Patronato* 53, R. 25, *apud* RAMERINI, Marco. Le fortezze spagnole nell'isola di Tidore, in *colonialvoyage.com* (accedido em 2008.04.24).

6 TEIXEIRA, André. Fortalezas. Estado Português da Índia. A arquitectura militar na construção do Império de D. Manuel I. Lisboa: Tribuna da História, 2008.

dos *Reis Magos*, erguida em 1578 na ilha de Tidore, ambas foram construídas por iniciativa pessoal de Sancho de Vasconcelos, capitão eleito informalmente entre alguns portugueses que optaram por se fixar em Amboino⁷, apesar de mais tarde terem sido oficialmente incorporadas no Estado da Índia.

Diversos outros pequenos fortes e entrepostos comerciais fortificados foram igualmente construídos em diversos locais, mas tiveram uma eficácia limitada a par de uma existência efémera, por serem, na sua maioria, edificados com recurso a materiais perecíveis, madeira ou barro, esporadicamente também em pedra sossa. Estas fortificações secundárias só raramente se ficaram a dever à iniciativa dos capitães das fortalezas principais, antes foram erguidas por capitães de navios e por missionários, quer mediante o apoio de populações nativas, quer para se defenderem delas. Na verdade, o sistema defensivo era muitas vezes reduzido a uma simples cerca ou vedação construída para proteger uma aldeia de cristãos indígenas, de que constitui exemplo a paliçada que o jesuíta Diogo de Magalhães ergueu em Nusanive, na ilha de Amboino, em 1562⁸.

A Fortaleza de São João Baptista de Ternate

Em Junho de 1522, António de Brito, primeiro capitão português das ilhas Molucas (1522-26), lançou a primeira pedra da fortaleza de *São João Baptista* de Ternate. O evento ocorreu apenas quatro meses depois de as naus *Victoria* e *Trinidad* pertencentes à armada de Fernão de Magalhães terem iniciado a viagem de regresso a Espanha a partir da vizinha ilha de Tidore. Ao tomar a decisão de construir esta fortaleza em nome do rei D. Manuel (r.1495-1521), António de Brito, além de obedecer à ordem régia, correspondia também ao apelo que lhe fora dirigido por Abu Lais (r.c.1501-21), sultão de Ternate. Este, que estava empenhado em reforçar o seu ascendente sobre os demais reis e sangages das Molucas, solicitara, em carta endereçada ao rei D. Manuel, o apoio dos portugueses, com os quais desenvolvera uma relação amistosa baseada numa proveitosa parceria comercial. No entanto, a principal razão que moveu o monarca português a ordenar a construção de uma fortaleza nas Molucas - e de uma outra no Estreito de Sunda, que nunca viria a ser construída - foi tentar impedir que os espanhóis se instalassem nesta vasta região da Ásia marítima, de cuja existência haviam tomado conhecimento através das notícias e relatos de marinheiros portugueses e cuja posse a Coroa Espanhola reivindicava desde 1516

7 Anónimo, A capitania de Amboino, crónica também conhecida por “Historia de Maluco no tempo de Gonçalo Pereira Marramaque e Sancho de Vasconcellos” e ainda como “Relação dos Feitos eroicos em Armas que Sancho de Vasconcelos fez nas partes de Amboino e Maluco, sendo capitão em ellas vinte annos pouco mais ou menos...”, in SÁ, Artur Basílio de (org.). Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulíndia, vol. IV, Lisboa: AGU, 1956, doc. 37, pp. 164-454.

8 Carta do padre Baltazar de Araújo aos seus confrades, Maluco, 24 de Fevereiro de 1563, SÁ, Documentação, cit. III, p. 34.

como decorrência da aplicação aos antípodas do Tratado de Tordesilhas (1494), pelo qual Portugal e Espanha partilharam o mundo em duas áreas de influência⁹.

A localização exata e as características arquitetónicas da primeira fortaleza portuguesa nas Molucas são razoavelmente bem conhecidas a partir de alguns testemunhos e descrições presenciais e por referências indiretas e registos iconográficos, bem como pelos vestígios arqueológicos que ainda subsistem do edifício principal, hoje extremamente arruinado.

O local da fortificação foi previamente escolhido por Tristão de Meneses, comandante da terceira armada portuguesa enviada de Malaca às Molucas, em maio de 1518, pelo governador do Estado da Índia, Lopo Soares de Albergaria (1515-18). Esta expedição contou com o apoio do capitão-general do Mar de Malaca, Aleixo de Meneses¹⁰, que providenciou um navio e cinquenta homens, géneros alimentícios e mercadorias várias, esforço financeiro custeado tanto pelo tesouro real como por alguns mercadores asiáticos de Malaca, proprietários de dois juncos, que igualmente integravam a frota comandada por Tristão de Meneses¹¹.

Este capitão fora encarregue de construir uma fortaleza na ilha de Maquiém (Makian), cuja posse estava repartida entre os reis de Ternate e Tidore, como forma de contornar o constrangimento diplomático de não desagradar a nenhum desses reis. Mas tanto estes, como Ala-ud-Din, rei de Bachão (Bacan), pressionavam a Coroa portuguesa para que a fortaleza fosse construída nas suas próprias terras e não na dos vizinhos seus rivais. Temendo tornar-se desnecessariamente causador do agravamento do conflito, o que seria prejudicial aos interesses políticos e comerciais dos portugueses, Tristão de Meneses preferiu adiar a construção da fortaleza, declarando ser sua mera intenção recolher informações sobre o local onde ela deveria vir a ser construída¹². A preferência de Meneses recaiu num local que dista uma légua de Talangame, porto de águas profundas, livre de recifes, na ilha de Ternate. Este ancoradouro, onde costumavam fundear juncos malaios,

9 Detalhes políticos sobre a fundação desta fortaleza e o conturbado processo da sua construção, assim como sobre as suas características arquitetónicas, em LOBATO, Manuel. Fortalezas do Estado da Índia: do centro à periferia. In *A arquitectura militar na expansão portuguesa*, Rafael MOREIRA (ed). Porto: CNCDP, 1994, 43-55, e LOBATO, Manuel. *Política e comércio dos portugueses na Insulíndia. Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*. Macau: IPOR, 1999, pp. 102-104.

10 Carta do rei de Ternate ao capitão de Malaca, Garcia de Sá, 1520, SÁ, Documentação, cit., I, Lisboa, AGU, 1954, p. 118.

11 CORREIA, Gaspar. *Lendas da Índia*, R. J. Lima Felner (ed), II, Lisboa: Academia Real das Ciências, 1856, p. 711. Também BARROS, João de. *Ásia. Dos Feitos que os Portugueses fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares e Terras do Oriente. Década Terceira*. H. Cidade e M. Múrias (eds). Lisboa; AGU, 1947, reed. CD-ROM, Lisboa: CNCDP, «col. Ofhir», 1998, Liv. V, Cap. VI, pp. 272-273.

12 Id. *ibid*.

também era utilizado, desde 1516, por navios portugueses, que ali vinham carregar cravo previamente adquirido por Francisco Serrão, o primeiro português a instalar-se naquelas paragens, na sequência do naufrágio que ali sofrera, em 1512, juntamente com dez companheiros¹³.

A fortaleza foi, pois, construída na costa sueste de Ternate, nas proximidades da corte do sultão¹⁴, povoação a que João de Barros chamaria mais tarde “cidade de Ternate”¹⁵. António Galvão, cronista e sétimo capitão português de Ternate (1536-39), viria a reprovar veementemente a escolha desse local, pela grande distância a que ficava do porto de Talangame, e sobretudo por expor a movimentação de navios à ação das frotas do vizinho rei de Tidore, aliado dos espanhóis¹⁶. Com efeito, segundo Gabriel Rebelo, a escolha mais acertada teria sido o porto que servia a povoação de Toluku, cujas águas eram suficientemente profundas para receber grandes navios, e que se situava uma légua para nordeste de Talangame, ou seja, a duas léguas da fortaleza portuguesa¹⁷.

A armada que viria construir a fortificação nas Molucas partiu, pois, de Lisboa em abril de 1521. Inicialmente, o seu comando foi entregue a Jorge de Brito, nomeado para suceder a Jorge de Albuquerque, capitão de Malaca (1514-15 e 1521-25)¹⁸. Porém, depois de escalar Goa, Jorge de Brito viria a ser morto numa escaramuça em Samatra. Obedecendo às instruções régias, seu irmão, António de Brito, sucedeu-lhe no comando da empresa. Devido a atrasos em Samatra, Malaca e Banda, António de Brito só chegou a Ternate em maio de 1522, demasiado tarde para intercetar as naus espanholas *Victoria* e *Trinidad*, que haviam zarpado de Tidore quatro meses antes, como foi referido acima¹⁹.

De acordo com as instruções trazidas de Portugal, António de Brito deveria construir uma fortaleza e uma feitoria²⁰, ou seja, duas entidades consideradas

13 LOBATO, Manuel. A man in the shadow of Magellan: Francisco Serrão, the first European in the Maluku islands (1511-1521). *Revista de Cultura / Review of Culture*, International Edition, série III, 39 (2011), pp. 103-120.

14 COUTO, Diogo do. *Década Quarta da Ásia*. M. A. Lima Cruz (ed). Vol. I. Lisboa: CNCDP-FO-INCM, 1999, p. 393.

15 BARROS, Ásia. *Década Terceira*. Ob cit. Liv. V, Cap. VI, p. 274.

16 GALVÃO, António. *A Treatise on the Molucas* (c. 1544). Probably the Preliminary Version of António Galvão's lost *Historia das Molucas*. Hubert Jacobs SJ (ed). Roma e St. Louis (EUA): Historical Institute, Sources and Studies for the History of the Jesuits, III, 1971, p. 234.

17 REBELO, Gabriel. *Informação sobre as Molucas*. Texto I, cap. 12. In SÁ. *Documentação*. III, cit., pp. 239 e 380.

18 THOMAZ, L. F. O malogrado estabelecimento oficial dos portugueses em Sunda e a islamização de Java. In *Aquém e Além da Taprobana*. Estudos lusorientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard. Lisboa: CHAM, 2002, p. 429, n. 196, e p. 520, n. 478.

19 Carta de Rui Gago a el-rei, Maluco, 15 de Fevereiro de 1523. SÁ. *Documentação*. I. p. 161; CORREIA, Lendas. II. Ob. cit., p. 713.

20 Depoimento de Jorge Botelho. In REGO, A. Silva. *As Gavetas da Torre do Tombo*. Vol. III. Lisboa: CEHU, 1963, p. 27.

administrativamente distintas, mas funcionando em estreita articulação entre si, já que, de acordo com uma prática usual, a feitoria ficaria provavelmente instalada na fortaleza e não necessariamente num edifício próprio²¹.

Com a armada, vieram de Portugal um mestre e alguns pedreiros, além de ornamentos para a igreja que estava prevista para o interior da fortaleza²². No entanto, a escassez de mão de obra retardou o ritmo das obras. A “rainha-mãe” *niachil* Boki Raga, viúva do falecido sultão Abu Lais (*alias* Bayan SIRRullah, r.c. 1501-21), bem como o irmão deste, *cachil* Daroes (Darwis), regentes do sultanato durante a infância do sultão Abu Hayat (r.1521-29), inverteram a política do anterior sultão e deixaram cair as promessas de apoio aos portugueses²³, os quais experimentaram grandes dificuldades para erguer o principal troço da muralha voltado ao mar e o sobrado da torre de menagem, hoje em ruínas (fig.1)²⁴.



Figura 1: Torre da fortaleza portuguesa em Kastela / Gamalama, Ternate (1522)

Nas primeiras décadas da sua existência, a fortaleza não passava de uma torre de dois andares à beira-mar inserida num ângulo de um perímetro amuralhado de formato trapezoidal com 27 a 24 braças de comprimento por 12 braças de

21 GALVÃO, A. A Treatise. Ob. cit. p. 294.

22 REGO, A. Silva. As Molucas em princípios do século XVI. In A. Teixeira da Mota (ed). A Viagem de Fernão de Magalhães e a Questão das Molucas. Lisboa: JICU, 1975, p. 82.

23 CASTANHEDA, Fernão Lopes de. História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses [1554¹]. M. Lopes de Almeida (ed). Vol. II. Porto: Lello, 1979, Liv. VI, Cap. XLI, p. 218.

24 Carta de Rui Gago a el-rei, Maluco, 15 de Fevereiro de 1523, SÁ, Documentação, I, p. 172.

largura na frente de mar, estreitando até 8 braços no topo da muralha voltada ao vulcão central da ilha. Os muros, de pedra e barro exposto à humidade equatorial, à maneira local, razão pela qual não possuíam ameias nem nichos, ofereciam fraca defesa, sendo também demasiado baixos, quer na beira-mar²⁵, quer no lado voltado ao interior da ilha, embora os seus cerca de 25 pés ultrapassassem em altura as muralhas de Malaca²⁶.

A fortaleza era, pois, pouco eficaz, tanto para fins militares, como para funções administrativas e comerciais, nomeadamente não tinha condições para albergar gudões ou silos subterrâneos onde se deveria armazenar, de acordo com o costume malaio, a especiaria da fazenda real – que ali era exclusivamente composta por cravinho. Os quartéis e armazéns situados no interior da área amuralhada eram cobertos por fibra de palmeira, que agravava o risco de incêndio, tanto em tempo de paz como especialmente em caso de sofrer algum ataque. As suas inúmeras deficiências, em que avultava o próprio traçado, foram amiúde apontadas em testemunhos que começaram a surgir por meados do século XVI, quando o modelo italiano de arquitetura militar já havia triunfado, tornando obsoleto o traçado de tipo medieval. Na verdade, a fortaleza - ou “castelo de pedra e qual, quadrado, e não menos forte que cerca de colmeas”, nas irónicas palavras do cronista Gabriel Rebelo²⁷ - fora concebida para resistir a um eventual assalto da marinha espanhola e dos seus aliados nativos. Tinha havido um especial cuidado em construí-la num local eminente, onde não pudesse ser alcançada pela artilharia disparada de bordo, mas descurou-se a eventualidade de um cerco terrestre por parte dos nativos. Como estes, a despeito das promessas iniciais, se terem acabado por mostrar adversos à construção da fortaleza na sua ilha, cerca de 120 soldados portugueses tiveram de trabalhar arduamente ao longo de vários meses para a erguer.

Para colmatar as suas deficiências, a fortaleza de *São João Batista* de Ternate viria a receber sucessivos melhoramentos ao longo do meio século em que permaneceu na posse dos portugueses. O capitão Gonçalo Pereira (1530-31) deu início à construção de dois baluartes no que anteriormente seria apenas uma “parede tosca”²⁸. Segundo João de Barros, António Galvão (1536-39) “reedificou a fortaleza de edificios e oficinas necessárias de pedra e cal, que antes, ao costume da terra, eram de canas e materiais fracos, e tudo cercou de muro”²⁹. Para reforçar as suas defesas costeiras, foram construídos novos baluartes nos ângulos voltados ao mar. Fernão de Sousa, engenheiro militar e superintendente das obras das fortificações portuguesas na Ásia, que visitou as Molucas durante a capitania de Jorge de Castro (1539-44), terá sido o responsável pelo primeiro destes dois

25 Carta de Vicente da Fonseca ao rei, Maluco, 8 de Dezembro de 1531, *ibid.*, p. 237.

26 Carta de António de Brito ao rei, Ternate, 28 de Fevereiro de 1525, *ibid.*, p. 194.

27 Gabriel Rebelo, *Informação das Molucas*, *ibid.*, VI, p. 196.

28 COUTO, *Década Quarta*, I, cit., Liv. VII, cap. VII, p. 382.

29 BARROS, *Ásia*. *Década Quarta*. Liv. IX, cap. XXII, p. 632.

baluartes³⁰. Castro refere que Sousa substituiu o anterior baluarte de madeira por um novo em pedra, contando, desta vez, com a colaboração dos reis de Ternate e Tidore³¹.

Contudo, apesar destes melhoramentos, Baltasar Veloso, “casado” morador em Ternate, escrevendo ao rei, em 1547, afirma que a fortaleza era apenas um “curral de cabras”³². Com efeito, cinco anos depois, verificou-se que estava já bastante degradada, tendo ruído quase todos os edifícios no seu interior³³. Um baluarte também ruiu, sendo reconstruído pelo capitão Duarte d’Eça (1555-58), que recorreu a pedra e mão-de-obra disponibilizadas pelo sultão Hairun (r.1536-45 e 1546-70). Ambos os baluartes viriam a colapsar durante o longo cerco movido pelo sultão Baab Ullah (r.1570-83), que os reergueu após ter expulsado os portugueses de Ternate em 1575.

O cronista Gabriel Rebelo, outro “casado” que residiu longos anos em Ternate, onde exerceu vários cargos régios, legou-nos a melhor descrição desta fortaleza³⁴. Situada junto à “cidade dos mouros”, povoação que servia de capital ao sultão, a fortaleza foi implantada num alto recife sobranceiro ao “poço”, ancoradouro também conhecido como “calheta”³⁵, onde pequenos navios, como as caravelas, conseguiam encontrar ancoradouro seguro na maré alta³⁶, a menos de um quarto de milha (200 braças) de distância da fortaleza. O capitão da fortaleza António Galvão (1536-39), ajudado pelo vigário Fernão Vinagre e alguns indígenas, reunidos pela ocasião da construção de uma nova mesquita, empenhou-se em desbastar os recifes que tornavam este ancoradouro perigoso na maré baixa³⁷. Nas imediações ergueu-se uma capela ou ermida de *Nossa Senhora da Barra*, há muito desaparecida³⁸. Em posição eminente sobre a linha de costa, a fortaleza era aberta aos ventos que conferiam salubridade ao local. Em 1552, porém, já não

30 Carta de Fernão de Sousa ao rei, Baçaim, 24 de Novembro de 1547. In Sousa Viterbo (dir.), *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes (...)*. Vol. II, Lisboa, 1904, p. 302; SÁ, *Documentação*. III, cit., p. 304; *ibid.*, IV, p. 468.

31 Carta de D. Jorge de Castro ao rei, Maluco, 10 de Fevereiro de 1544, *ibid.*, I, pp. 388-389. Cf. REBELO, *Informação*. Texto II, *ibid.*, III, p. 198; carta de Jerónimo Pires Cotão, feitor da fortaleza de Maluco, ao rei, Ternate, 20 de Fevereiro de 1544, *ibid.*, p. 405.

32 Carta de Baltazar Veloso ao Rei, Maluco, 20 de Março de 1547, REGO, *Gavetas*, I, cit., p. 520.

33 REBELO, *Informação*. Texto II, SÁ, *Documentação*. III, 3.^a Pte., cap. XII, p. 491.

34 *Id. Ibid.*, Texto I, pp. 304-305; *id. ibid.*, IV, p. 468.

35 Carta do padre Francisco Vieira aos seus confrades em Portugal, Ternate, 9 de Março de 1559, H. Jacobs SJ (ed). *Documenta Malucensia*. Vol. I. Roma: IHSI, 1974, p. 278.

36 BAÑAS LLANOS, Maria Bellén. *Islas de las Espécies. Fuentes etnohistóricas sobre las Islas Molucas (s. XIV-XX)*. Cáceres: Universidad de Extremadura, 2000, p. 133.

37 GALVÃO. *A Treatise*. Ob. cit. p. 190.

38 CASTANHEDA. *História do Descobrimento*. II, cit., Liv. VIII, cap. CLXII, p. 833.

existia “caza nem aposento coberto”³⁹ no seu interior, razão pela qual passou a figurar no regimento da fortaleza a obrigação de o rajá e sangage de Jeilolo pagar anualmente páreas em fibra de palmeira para cobrir os quartéis e armazéns⁴⁰.

A povoação portuguesa contígua aos muros da fortaleza foi também rodeada por uma cerca de madeira, que ardeu por diversas vezes, pelo que António Galvão a reconstruiu em taipa, segundo ele próprio afirma, dotando-a de valas e baluartes⁴¹, à semelhança da fortificação de Malaca, cuja paliçada havia sido gradualmente substituída por um muro em alvenaria e taipa. Galvão também terá obrigado os portugueses a construírem as suas casas de pedra e cal com chaminés de estilo português⁴², tal como terá protegido a feitoria com muro de taipa e construído no seu interior vários bagançais⁴³ ou armazéns de cravo⁴⁴. Esta tipologia urbana, cujo traçado dos arruamentos obedecia ao padrão habitual em Portugal, logo foi reproduzida localmente pelo sultão, que também reconstruiu a sua capital, a qual formava, juntamente com o estabelecimento português, um só núcleo urbano com características únicas, que, no contexto do arquipélago malaio, apenas tinham paralelo em Malaca. Aproveitando os muros da fortaleza, os jesuítas construíram a sua residência e sede da missão da Companhia nas Molucas⁴⁵.

A fortaleza de Ternate como residência dos sultões e os vestígios que dela subsistem

A guarnição da fortaleza de *São João Baptista* rendeu-se ao sultão de Ternate Baab Ullah (r. 1570-83) em 1575, após sofrer cinco anos de contínuo e prolongado assédio. Durante o assalto, ambos os baluartes ruíram, como mencionado anteriormente. Os atacantes, auxiliados por guerreiros javaneses, reconstruíram a fortificação, introduzindo profundas alterações na sua configuração, que a transformaram num complexo defensivo de características marcadamente locais, nomeadamente rodeando ambos os bairros - português e muçulmano - por uma cava e um muro de pedra ao longo de todo o seu perímetro, assim convertido numa única cidadela quase inexpugnável.

39 REBELO, Informação. Texto II, SÁ. Documentação. III, 3.ª Pte., cap. XII, p. 491.

40 Regimento pera a fortaleza de maluquo, Diogo Velho, Regimento da ordem (...) no Receber e despender, Lisboa, 14 de Março de 1578, AHU, Conselho Ultramarino, cod. 217, fl. 131.

41 GALVÃO. A Treatise. Ob. cit. p. 292.

42 BARROS, Ásia. Década Quarta. Liv. IX, cap. XXII, p. 632.

43 Do malaio *bangsai*, “armazém, estábulo, oficina, entreposto”. Cf. THOMAZ, L. F. De Malaca a Pegu. 1.ª Parte: As duas viagens do feitor Pero Pais (1512-1515). In De Ceuta a Timor. Lisboa: Difel, 1994, pp. 291-344.

44 GALVÃO. A Treatise. Ob. cit. p. 294.

45 LUCENA, João de. História da Vida do Padre Francisco Xavier. L. Albuquerque e M. G. Pericão (eds), vol. II, Lisboa: Publicações Alfa, 1989, Liv. IV, Cap. XIV, p. 65.

Dentro deste complexo permaneceu a própria fortaleza, considerada pelo governador das Filipinas, Pedro de Acuña (1602-06), que a capturou em 1606, pequena demais para acolher a guarnição espanhola e instalar o arsenal necessário para a sua defesa contra os holandeses e as forças do sultão de Ternate. A descrição desta fortaleza então feita por Juan Esquivel, primeiro governador espanhol das Molucas, que serviu sob as ordens de Pedro de Acuña e participou na conquista da praça, revela que, sob o sultão Said al-din Berkat Syah (r.1583-1606), a fortaleza havia sido convertida em residência da família real, tendo sofrido, como se disse, uma extensa reconstrução com a marca característica da tradição construtiva austronésia. O sistema abaluartado herdado dos portugueses foi mantido, mas os baluartes receberam novo desenho e novas designações, como *cachil* Tulo, derivado, talvez, do nome do príncipe responsável pela sua defesa⁴⁶. As características registadas por Esquivel parecem bastante semelhantes às que ainda hoje podemos observar no forte de Toluku. Embora este forte seja de origem espanhola, também sofreu, como o de Ternate, uma profunda reconstrução iniciada em 1612, sob o governo do sultão Muzaffar Syah (r.1606-27), filho e sucessor do sultão Said Berkat, com vista a servir de residência à família real em substituição do antigo forte português, que desempenhara essa função e que, entretanto, caíra nas mãos dos espanhóis. Tais características são mencionadas num trecho de uma carta de Juan Esquivel a Pedro de Acuña:

“(...) é uma casa amuralhada sem resistência alguma à artilharia (...) de sorte que não servia ao inimigo mais do que de casa em que vivia; a sua defesa estava numa muralha que tinha à entrada do lugar com dois baluartes redondos e o mesmo tinha da outra parte, e como o lugar está estendido ao longo da praia deve haver mais de dois mil passos de uma muralha a outra.”⁴⁷

Ao recuperarem a praça, em 1606, os espanhóis renomearam a antiga fortaleza portuguesa, que recebeu a invocação de *Nuestra Señora del Rosario*, passando a povoação a designar-se *Ciudad del Rosario*. Por vezes, os espanhóis referiam-se-lhe simplesmente como fortaleza ou cidade de Ternate, enquanto os nativos, à semelhança do que ainda hoje fazem, preferiam chamar-lhe Gamalama (lit. “grande lugar” ou “cidade grande”) ou *Kastela*, corruptela do português “castelo”, termo cujo uso mais antigo foi registado pelo cronista Gabriel Rebelo em meados do século XVI⁴⁸.

Ao reconstruírem este complexo defensivo, os espanhóis adotaram em Ternate o modelo de Manila: a antiga fortaleza portuguesa seguiu sendo o *cubo* ou núcleo

46 Cartas de Juan de Esquivel a Filipe III, Ternate, 9 de Abril e 2 de Maio de 1606, Archivo General de Indias, Patronato 47, Ramo 3, 2, 1/14, e Ramo 21, 1, 1-32, parcialmente publicadas por COLÍN, F. e P. PASTELLS, Labor evangélica, ministerios apostólicos de los obreros de la Compañía de Jesús. II, Barcelona, 1902, pp. 48 e 56.

47 Id. *ibid.*, p. 56. Traduzido do castelhano.

48 REBELO. Informação. Texto III, cit., p. 196.

da nova *Ciudad de Nuestra Señora del Rosario*, com os seus edifícios administrativos ou *casas reales* (residência do governador, armazéns e igreja paroquial). Este núcleo era rodeado por duas muralhas, a mais extensa e exterior das quais com seis baluartes, cada um deles disparando vinte canhões. No seu interior, isto é, no espaço que mediava entre os dois perímetros amuralhados, localizava-se a cidade espanhola propriamente dita, com dois conventos - *São Francisco* e *Santo Agostinho* - o Colégio dos Jesuítas e o Hospital. Fora do perímetro fortificado e encostada à muralha externa, situavam-se os diferentes bairros periféricos que compunham a cidade: o bairro dos *mardika* ou homens livres, maioritariamente cristãos mestiços luso-asiáticos, o bairro chinês ou *párian*, os aquartelamentos da infantaria espanhola e das companhias de milícias filipinas de origem étnica pampanga. Ao todo, viviam então na cidade cerca de duas mil almas. Este novo arranjo urbano estava já concluído em 1619⁴⁹ e duraria até 1663, quando os espanhóis tomaram a decisão de abandonar as ilhas Molucas.

Atualmente, para além de alguns troços arruinados de muralha e das fundações do hospital, apenas subsiste, em ruínas, parte do piso térreo da antiga torre portuguesa – que chegou a ter três sobrados – facilmente reconhecível pelo tipo de planta, pela espessura das suas paredes e pelas suas fundações maciças, hoje parcialmente a descoberto, típicas das torres manuelinas construídas em diferentes partes do império português, quer em África, quer na Ásia, por vezes recorrendo à utilização de pedra pré-aparelhada e outros materiais trazidos de Portugal como lastro dos navios da carreira da Índia.

O estado de degradação da antiga fortaleza portuguesa deve-se em grande parte ao facto de o complexo fortificado ter sido demolido em 1663 pelo último governador espanhol das ilhas Molucas, Francisco de Atienza (1659-60 e 1663), por ordem do governador das Filipinas, Manrique de Lara (1653-63)⁵⁰. No entanto, como o padre Hubert Jacobs refere com o seu habitual rigor:

As ruínas desta fortaleza ainda hoje podem ser vistas: partes das rampas, algumas seteiras, um edifício central quadrangular, outrora a torre de menagem portuguesa, um telheiro ainda intacto, e, no exterior da fortaleza, as paredes do hospital, as fundações da igreja e um tanque de água intacto⁵¹.

49 Relação breve da ilha de Ternate Tidore e mais ilhas Malucas, aonde temos fortaleza e presidios, e das forças, naos e fortalezas que o inimigo olandes tem por aquellas partes. In REGO, A. da Silva (ed). Documentação Ultramarina Portuguesa. Vol. I. Lisboa: CEHU, 1960, p. 165, e vol. II, 1962, p. 50.

50 ANDAYA, Leonard Y. The World of Maluku. Eastern Indonesia in the Early Modern Period. Honolulu: University of Hawaii Press, 1993, pp. 155-156.

51 JACOBS, H. Documenta Malucensia. III, cit., p. 659, n. 3, traduzido do inglês.

A Fortaleza dos *Reis Magos* em Tidore

Sancho de Vasconcelos, capitão da fortaleza de Amboino (1572-91), iniciou a construção da fortaleza dos *Reis Magos* na ilha de Tidore em janeiro de 1578, em satisfação de uma solicitação feita pelo sultão de Tidore e escassos três anos volvidos sobre a expulsão dos portugueses de Ternate, que assim encontraram um novo estabelecimento militar e comercial para prosseguirem as suas atividades nas ilhas Molucas. Vasconcelos foi coadjuvado nessa tarefa por quarenta portugueses que, de Amboino, o acompanharam expressamente para o efeito⁵².

Sobre a nova fortaleza de Tidore, diz o jesuíta Francisco de Sousa:

“Chegou também de Amboyno Sancho de Vasconcellos, que deo principio à nova fortaleza, consagrada aos Reys Magos (...). Poz-lhe a ultima mão Diogo de Azambuja, que foy da India por Capitão de Moluco. (...) o forte era de pedra em soço, quadrado, de trinta braças por lado, com dous baluartes em dous cantos, obra muy fraca, & que facilmente se podia tomar. Do mesmo modo pouco mais, ou menos, era o de Ternate.”⁵³

Este forte localizava-se na costa leste de Tidore, meia milha a norte de Soasio⁵⁴, a corte do sultão, e à distância de “dois tiros” do cabo de Socanora⁵⁵. Depois de destruído pela explosão do paiol da pólvora em maio de 1605, durante o cerco holandês, os seus defensores, comandados por Pedro Álvares de Abreu (1602-05), foram forçados a render-se. A povoação portuguesa foi então saqueada e as casas, inteiramente de material perecível, queimadas, enquanto cerca de quatrocentos habitantes foram autorizados a abandonar o local⁵⁶.

Parcialmente recuperado pelos espanhóis em 1606, o forte resistiu a repetidos ataques das frotas de Cornelius Matelieff de Jonge, em maio de 1607, e Paulus van Caerden, em junho de 1608. Os espanhóis começaram a reconstruí-lo uma vez mais em 1609, sob o segundo governador das Molucas, Lucas de Vergara Gabéria

52 LOBATO, Manuel. Implementar a União Ibérica na Ásia: o relato da viagem de Francisco de Dueñas de Manila a Maluco em 1582. In *O reino, as ilhas e o mar-oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*. A. F. Meneses e J. P. O. Costa (eds). Vol. II, Ponta Delgada e Lisboa: Universidade dos Açores-CHAM, 2007, p. 803.

53 SOUSA, Francisco de SJ. Oriente Conquistado a Jesus Christo pelos padres da Companhia de Jesus da Provincia de Goa. M. Lopes de Almeida (ed). Porto: Lello, 1978, p. 1102.

54 MARTA, Antonio. Enformação da christandade de Maluco (...) no anno 1588. In JACOBS, H. *Documenta Malucensia*. II, cit., p. 268 (tb. em SÁ, Documentação. V, p. 116).

55 SOUSA, Alfredo Botelho de. Subsídios para a história militar-marítima da Índia (1585-1669). I. Lisboa: Imprensa da Armada, 1930, p. 613.

56 GUERREIRO, Fernão. Relação anual das coisas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas missões (...) nos anos de 1600 a 1609. II (1604-1606). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, p. 308.

(1609-10)⁵⁷. No entanto, a reconstrução dessa antiga fortaleza portuguesa de Tidore levada a cabo pelos espanhóis progrediu muito lentamente. Em 1610, Cristóbal de Azcueta Menchaca (1610-12), terceiro governador das Molucas, informava que ela ainda se encontrava em ruínas, tendo então decidido acelerar a sua reconstrução por se situar, segundo ele, no melhor porto de Tidore⁵⁸. Guarneceu-a com 16 soldados e 3 canhões⁵⁹. Deveria ter ficado bastante danificada após os vários ataques que sofreu, uma vez que John Saris, navegador inglês, que, em abril de 1613, ancorou em frente do antigo forte português, o descreveu como uma mera bateria com oito canhões⁶⁰ e o sultão de Tidore, *cachil* Mole (r. 1599-1627), aconselhou o novo governador espanhol, Jerónimo de Silva (1611-17), a desmantelar as suas ruínas, a fim de evitar que os holandeses as conquistassem⁶¹, o que a breve trecho acabou por acontecer.

Os espanhóis chamavam-lhe “fortaleza portuguesa” e, ao que parece, também *Marieco de los Portugueses*, nome que pode facilmente ser confundido com o do forte de Marieku propriamente dito, ou *Marieco el Grande*, na costa ocidental de Tidore, tendo ambos acabado tomados pelos holandeses em 1613. O governador Silva chegou a atribuir à antiga fortaleza portuguesa, ou ao que dela restava, uma guarnição de cinquenta soldados escolhidos entre os melhores, todos mortos aquando do assalto dos 800 holandeses e 12 navios da frota do almirante Pieter Botha, a 9 de julho de 1613⁶².

Conquistado pelos holandeses, o antigo forte português foi desmantelado e abandonado⁶³. Contudo, segundo uma descrição portuguesa anónima de 1617,

57 Informaciones de Lucas de Vergara Gaviria, 1611, Archivo General de Indias, *Filipinas*, 60, N.12.

58 Carta de Cristóbal de Azcoeta para o Governador das Filipinas, Juan de Silva, sobre o estado das forças a seu cargo, Ternate, 23 de Abril de 1610, nas Cartas del Virrey Luis de Velasco, 5, AGI, Mexico, 28, N. 2, *apud* RAMERINI, Marco. *Le fortezze spagnole nell'isola di Tidore*, www.colonialvoyage.com/molucche.

59 Os números de efectivos e de canhões diferem dos que foram apresentados pelos holandeses. Cf. BLAIR, E. H. e J. A. ROBERTSON (eds), *The Philippine Islands (1493-1898)*, XV, Cleveland, 1904, p. 325.

60 *The Voyage of Captaine Saris in the Cloave, to the Ile of Japan, what befell in the way: Observations of the Dutch and Spaniards in the Moluccas*. In PURCHAS, Samuel (ed). *Hakluytus Posthumus or Purchas His Pilgrimes*. III, Glasgow, 1905, p. 426.

61 Correspondencia de Don Gerónimo de Silva con Felipe III, Don Juan de Silva, el rey de Tidore y otros personajes, desde abril de 1612 hasta febrero de 1617, sobre el estado de las islas Molucas, Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España, LII, Madrid, 1868, pp. 104-113.

62 Carta do padre André Simi ao Geral dos jesuítas, Ternate, 17 de Junho de 1614, JACOBS. *Documenta Malucensia*. III, cit., p. 268.

63 Tanto de carta que el gobernador don Gerónimo de Silva escribió á el rey de Tidore. Ternate, 17 de Novembro de 1613. Correspondencia de Don Gerónimo de Silva, cit., pp. 178-179; cf. RAMERINI, *Le fortezze*.

terá sido renovado pelos holandeses⁶⁴, dele restando hoje apenas vestígios de uma plataforma e pequenos lanços de muralha embutidos no declive do terreno. Segundo informação oral colhida no local, ainda há poucos anos subsistia uma porta arruinada, demolida por ocasião da construção de um acesso rodoviário.

A Fortaleza de *Nossa Senhora da Anunciada* em Amboino

Desde 1515 que há notícia de que os habitantes de Amboino manifestavam o desejo de que os portugueses erguessem uma fortificação na sua ilha⁶⁵, talvez como tentativa de obter a sua prestigante proteção, superando assim a dependência em que se encontravam relativamente ao sultão de Ternate. O desinteresse dos portugueses terá levado as autoridades de Hitu a assinalarem um local fora dos seus domínios para os navios portugueses provenientes de Malaca invernarem enquanto aguardavam pela mudança de monção que os poderia levar a Ternate ou a regressar a Malaca.

Esse ancoradouro situava-se nas imediações das povoações de Tawiri e Hatiwi (Ative), numa enseada abrigada dos ventos no interior da baía que separa as duas penínsulas de Leitimor e Hitu. Os portugueses chamavam-lhe a Cova, onde, em 1544, Gonçalo de Freitas, filho do capitão de Maluco, Jordão de Freitas (1544-46), teria erguido uma tranqueira⁶⁶.

Ao contrário dos habitantes de Hitu, na parte norte da ilha, que se haviam convertido ao islão no início do século, os habitantes de Hatiwi, seus rivais, haviam permanecido animistas, pelo que aceitaram de bom grado a fé cristã. Em breve, as mulheres locais começaram a gerar uma prole mestiça. Este crescendo da influência portuguesa e cristã suscitou diversas reações por parte dos muçulmanos das Molucas liderados pelo sultão de Ternate, representado em Amboino por Hitu.

Arrastados para este conflito étnico-religioso, os portugueses foram construindo fortificações muito precárias em diversos locais do arquipélago de Amboino, entre as quais merecem destaque, além de Ative, também Nusanive, no sudoeste da península de Leitimor, e Ulat, na ilha de Saparua. Na tentativa de recuperar a hegemonia portuguesa, abalada por sucessivos desaires em escaramuças navais, o vice-rei conde do Redondo, D. Francisco Coutinho (1561-64), enviou de Goa, em setembro de 1562, dois pequenos navios sob o comando de António Pais (1563-64). Tendo primeiramente ocupado Hitu, onde construiu um forte de madeira, este capitão foi forçado a abandoná-lo ao cabo de um ano de contínuos assaltos dos nativos.

64 Relação breve da ilha de Ternate Tidore e mais ilhas Malucas, cit. REGO, Documentação Ultramarina. I, p. 167, e II, p. 53.

65 Carta de Jorge de Albuquerque ao rei, Malaca, 8 de Janeiro de 1515, SÁ, Documentação. I, cit., p. 80.

66 JACOBS, Documenta Malucensia. I, cit., p. 157, n. 1.

António Pais viu-se, assim, impossibilitado de dar cumprimento à instrução do vice-rei para fundar uma fortaleza de pedra em Nusanive, povoação que controlava o acesso marítimo à baía de Amboino. Os seus cerca de 4 mil habitantes cristãos careciam de proteção militar, porquanto dispunham apenas de uma paliçada de madeira que o jesuíta Diogo de Magalhães ali construía⁶⁷. Obra fraca, juntamente com a tranqueira em Hatiwi⁶⁸, compunha o sistema defensivo então existente em Amboino. Enquanto primeiro capitão de Amboino nomeado pela Coroa⁶⁹, António Pais (1563-64) claramente falhou a sua missão de fundar esta nova capitania, que só viria a ser formalmente criada em 1588.

Ao mesmo tempo que os portugueses abandonaram as suas posições em Amboino, os jesuítas da missão das Molucas enviaram o padre Luís de Góis a Goa para expor ao vice-rei a necessidade de se fazer uma fortaleza de pedra em Amboino⁷⁰, para assegurar a continuidade do comércio de especiarias das Molucas e de Banda e, principalmente, para proteger as comunidades cristãs dispersas por diversas ilhas do arquipélago de Amboino, como Haruku, Lease, Seram e Buru, além de Amboino propriamente dito, que, diziam os padres, perfaziam ao todo umas 70 mil almas⁷¹.

A conjuntura adversa por que os estabelecimentos portugueses na Insulíndia estavam a passar em 1565, com o referido abandono de posições em Amboino e um ataque javanês às missões dominicanas em Solor, levou ao envio de uma forte armada capitaneada por Gonçalo Pereira Marramaque, cujo objetivo principal era expulsar os espanhóis das Filipinas, mas também prender Hairun, sultão de Ternate, sob a acusação de traição, e recuperar a hegemonia no arquipélago de Amboino, onde se deveria erguer uma fortaleza⁷².

Apesar de o local mais adequado para a sua construção fosse o ancoradouro denominado “a Cova”, onde os navios provenientes de Malaca e de Goa costumavam invernar, Gonçalo Pereira Marramaque preferiu ater-se às instruções do vice-rei no sentido de que a fortaleza fosse erguida em Hitu, zona islamizada, satisfazendo assim também as pretensões de Hairun, sultão de Ternate⁷³.

67 Carta do padre Baltazar de Araújo aos seus confrades, Maluco, 24 de Fevereiro de 1563, SÁ, Documentação. III, cit., p. 34.

68 Carta do padre Manuel Gomes para os jesuítas na Índia, Ative, 15 de Abril de 1564, JACOBS, Documenta Malucensia. I, cit., p. 442.

69 Carta do irmão Fernão Osório para os confrades em Lisboa, Ternate, 15 de Fevereiro de 1563, *ibid.*, p. 379.

70 SOUSA, Oriente Conquistado, cit., pp. 1052-54.

71 Carta do irmão Manuel Gomes aos seus confrades, Maluco, 27 de Maio de 1565, SÁ, Documentação. III, cit., p. 140.

72 *Ibid.*, IV, p. 185.

73 Cf. PEREIRA, António Pinto. *Historia da India no tempo em que a governou o visorey dom Luis de Ataíde*. Manuel Marques Duarte (ed). Lisboa: INCM, 1987 [1617¹], Liv. I, Cap. XXXI, p. 142.

Nas campanhas militares subsequentes, as principais figuras políticas e religiosas de Hitu pereceram às mãos dos portugueses e dos seus aliados, e a “grandiosa” mesquita recém-construída também ardeu. A nova fortificação foi erguida apressadamente entre maio e julho de 1569⁷⁴. Contudo, após a morte do capitão-mor Gonçalo Pereira Marramaque, ocorrida nesse ano, os membros da armada pressionaram as chefias para que se decidissem pelo regresso da expedição à Índia. Diferente foi, no entanto, o alvitre de Sancho de Vasconcelos, antigo capitão-mor de Goa, que propôs a transferência da fortaleza de Hitu para a Cova, no interior da baía⁷⁵.

Vasconcelos convenceu um punhado de portugueses e algumas comunidades cristãs a colaborar na construção de uma nova “fortaleza de pedra e cal em outro luguar mais defensivo”. Erguida no interior da baía de Amboino, do lado de Nusanive, zona cristianizada, a fortaleza obedeceu à traça que lhe deu o próprio Vasconcelos⁷⁶. Foi seu mestre-de-obras um canarim de Goa, a quem se ficaram a dever ainda as muralhas e um baluarte virado ao mar com suas guaritas de madeira, obra concluída em quatro meses, de janeiro a junho de 1576⁷⁷. A invocação de *Nossa Senhora da Anunciada* sugere, no entanto, que o lançamento da primeira pedra tenha tido lugar a 25 de março⁷⁸. O inicial ímpeto construtivo que presidiu à sua fundação deve ter-se atenuado bastante, pois em 1588 ainda não estava concluída⁷⁹. Nesse ano foram-lhe atribuídos 150 homens de armas, nos quais se contavam casados e moradores da terra, os criados do capitão, um feitor, oficiais e vigias. Dotada com a verba de 2500\$000 réis (5435 cruzados), não possuía receitas próprias⁸⁰.

Caso único de longevidade à frente de uma capitania oriental, Sancho de Vasconcelos manteve-se no cargo até 1591. Sob a sua liderança, este entreposto desenvolveu-se enormemente, tanto no plano mercantil como social. No entanto, a fortaleza propriamente dita apresentava graves carências: “muito fraca e soo parte dela em pedra e barro, que caia com a chuva e se podia com hum salto deçer

74 Carta do padre Pero Mascarenhas aos confrades em Portugal, Ternate, 3 de Agosto de 1569, SÁ, Documentação. VI, cit., pp. 316-317. Juan de Borja a Filipe II, Sintra, 5 de Agosto de 1570, AGI, *Patronato*, Leg. 46, R. 8.

75 COUTO, Da *Ásia*. Década Nona. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1786 (ed. facsimilada, Lisboa: Livraria Sam Carlos, 1974), caps. IX e X, pp. 42-48.

76 Relação dos feitos (...) que Sancho de Vasconcelos. In SÁ, Documentação. IV, cit., cap. 37, pp. 285-287.

77 *Ibid.*, pp. 286-287 e 319-320.

78 JACOBS, Hubert SJ, The Portuguese town of Ambon, 1567-1605. In L. Albuquerque e I. Guerreiro (eds.). II Seminário Internacional de História Indo-portuguesa. Lisboa: IICT, 1985, p. 604.

79 *Id.*, *ibid.*, p. 605.

80 Cf. o título ‘Maluco’ no “Orçamento do Estado da India” [1588], AHU, *Conselho Ultramarino*, cod. 500, fl. 67.

do muro abaixo”, de acordo com o testemunho de um jesuíta⁸¹. Por isso, o seu segundo capitão, António Pereira Pinto (1592-93), aumentou-a e fez-lhe diversas benfeitorias recorrendo a operários goeses⁸². Alguns desses melhoramentos revelar-se-iam contraproducentes em conjuntura de guerra, na medida em que, mais tarde, em 1602, André Furtado de Mendonça, Capitão-General do Mar do Sul, se viu obrigado a reduzir o seu perímetro defensivo. As descrições e desenhos feitos pelos holandeses, que a conquistaram, em 1605, mostram uma fortificação de traça quadrangular com baluartes nos cantos, dois deles, maiores, virados ao mar, e dois menores voltados ao interior da península de Leitimor⁸³.

Conclusão

Apesar do muito que já se sabia a respeito das fortificações portuguesas nas ilhas Molucas, a investigação a que procedemos entre 2007 e 2010 permitiu coligir informação relevante para o nosso objetivo prioritário que era o de identificar de forma positiva e consistente os vestígios arqueológicos e patrimoniais existentes no terreno à luz dos materiais literários que já havíamos reunido ao longo de vários anos de pesquisa documental e bibliográfica. Foi possível contribuir para ultrapassar dúvidas e incertezas que marcaram os trabalhos pioneiros dos historiadores europeus, sobretudo holandeses e espanhóis, juntando assim o nosso trabalho aos contributos decisivos de Hubert Jacobs ou Marco Ramerini.

Embora os exemplos de arquitetura militar estudados nas páginas anteriores não tenham a relevância de outros que os portugueses deixaram na Ásia, África e América, frequentemente inseridos em contextos patrimoniais mais vastos e mais ricos, não deixa de ser importante valorizá-los, conhecendo-os melhor, com vista a evitar a sua destruição ou descaracterização por parte das gerações vindouras. Trata-se, apesar de tudo, de um conjunto patrimonial único e interessante, de elevado valor para as populações locais, pelo papel que desempenham nas suas memórias coletivas e enquanto veículo de afirmação da sua identidade histórica. Apresenta também um interesse turístico inegável, especialmente numa região economicamente pouco desenvolvida, em flagrante contraste com o seu glorioso e prestigiado passado ligado ao comércio mundial de especiarias.

Finalmente, o nosso estudo respondeu a diversas questões colocadas pelos especialistas envolvidos em campanhas de restauro e recuperação de um património frequentemente demasiado degradado e que, por isso mesmo, tem suscitado alguma controvérsia em torno do cuidado e respeito que devem ser colocados na sua preservação, especialmente em Kastela-Rosario (Gamalama), a antiga fortaleza portuguesa em Ternate.

81 Parecer do padre João Rebelo sobre o abandono pelos jesuítas da missão de Maluco, Amboino, 27 de Abril de 1593, SA. Documentação. VI, cit., p. 389; JACOBS. Documenta Malucensia. II, cit., pp. 368-369.

82 Id., *ibid.*

83 JACOBS, *The Portuguese town of Ambon*, cit., p. 605.

MANUEL LOBATO

Mestre e doutor em História. Investigador Integrado do Centro de História da Universidade de Lisboa (CHUL) desde 2015. Docente dos cursos de graduação e pós-graduação em História e em Estudos Asiáticos da FLUL (2015-23). Autor de cerca de 100 artigos e capítulos de livro sobre a história do império português na costa oriental africana e na Ásia (especialmente Índia e arquipélago malaio-indonésio) nos séculos XVI a XIX, e editor de sete livros e dossiers temáticos.



Como citar este texto:

LOBATO, Manuel – As Fortificações Construídas pelos Portugueses nas Ilhas Molucas durante o Século XVI: Identificação e Caracterização. *Revista Portuguesa de História Militar - Génesis do Império Português do Oriente*. Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano III, nº 5 (Dezembro 2023); <https://doi.org/10.56092/NYXC4995>